

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

Grupo de Trabalho: Memória Social e Poder: os desafios contemporâneos (GT02)

**Memória, Política e Opinião pública na Mídia impressa brasileira: Folha de S.  
Paulo, eleições e ditadura**

*Profº Me. Gabriel Papa Ribeiro Esteves*

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNESP –  
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara*

Este artigo busca esclarecer a relação entre mídia e política no período pré-eleitoral e eleitoral das eleições presidenciais de 2010, para captar como se dá a representação memorial do passado na sociedade brasileira, acerca do regime militar, período que deixou marcas profundas nesta sociedade. Escolhemos analisar a cobertura feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, pelo fato de ser um dos principais meios de comunicação a cobrir as eleições nacionais. Visamos analisar o conteúdo, em todos os fragmentos presentes no jornal, de 01/03/2010 à 06/11/2010, como o jornal retrata os candidatos, construindo suas imagens, e lembrando seu passado opositor ao regime e como se dá a representação que a folha faz da memória da ditadura civil-militar brasileira ao cobrir as eleições de 2010. A grande mídia, enquadrada como dispositivo e como influência constitutiva de um paradoxo social, pode ser analisada através da ótica do Poder, prática social heterogeneamente presente nas sociedades humanas, aqui entendida como uma relação, algo que se exerce e não algo que se possui, algo que se dá por sua capacidade de utilizar, modificar, consumir e destruir o seu receptor. O *poder* é produtor de individualidades, sendo o indivíduo seu receptor e seu reproduzidor. Entramos no conceito de *poder* foucaultiano porque entendemos que, se assim ele se constitui, a grande mídia, em especial o sistema central de mídia brasileiro, se configura como dispositivo de poder, conceito esse que o autor entende como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979.<sup>1</sup>).

Os dispositivos de poder estabelecem o que pode e o que não pode existir em sua dinâmica de funcionamento através da propagação de discursos alinhados a formações discursivas que podem justificar ou ocultar uma prática, portanto o dispositivo é um nexos estratégico de exercício de poder que, uma vez constituído,

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.244.

dura como tal num processo de permanente preenchimento estratégico. É o dispositivo que produz as condições de manifestação do sujeito. O dispositivo produz o sujeito através dos poderes desencadeados através dele. As práticas dos sujeitos são enquadradas na dinâmica social presente, dessa maneira o controle do sujeito é materializado no controle da sociedade pela própria sociedade, mas sempre atrelado a valores e prioridades daqueles que estão alocados em posições que lhes permite exercer o poder de maneira mais ampla, como, por exemplo, os responsáveis pelas linhas editoriais da grande mídia. As instituições organizam os saberes e significam coisas no social de tal forma que geram o que é tido por discurso verdadeiro, logo, podemos perceber a mídia, em especial a grande mídia tradicional brasileira, o Sistema Central de Mídia nacional, como um dispositivo, porque é o resultado de estratégias de sujeitos que exercem o poder em esferas que organizam a estrutura social, ou seja, compõe de maneira articuladora uma estrutura heterogênea de práticas legítimas que constituem e organizam os sujeitos. Analisar os meios de comunicação como dispositivos implica em compreendê-los como unidades capazes de operar a produção social da subjetividade, processo no qual o poder estabelece o senso do ser humano, do indivíduo e do ser como sujeito. No Brasil, o desenvolvimento da mídia tem acompanhado o desenvolvimento capitalista, uma vez que os meios de comunicação do país são instituições que, em muitos casos, são também empresas e, como tais, as mais sólidas e capitalizadas sobrepõem-se às menores, que vão tendo suas possibilidades de competição cada vez mais minadas. A partir de então começam a surgir os grandes conglomerados monopolistas do mercado financeiro e oligarquias (característicos do sistema capitalista) que controlam diversos setores da sociedade e da mídia, como jornais, revistas, rádios e redes de televisão, concentrando produção dos discursos, agregados com valores simbólicos, nas mãos de poucos. O que é preocupante, principalmente pelo fato de o controle da informação viabilizar a consolidação de uma ideologia elitista burguesa, por meio da construção de consensos para impedir mudanças que podem contestar os interesses dominantes, através do uso da propaganda retórica e do convencimento (SODRÉ, 1998<sup>2</sup>).

---

<sup>2</sup> SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Segundo o banco de dados do projeto *Donos da mídia*<sup>3</sup>, que agrega informações de todos os veículos de comunicação do Brasil, mídia tem uma lógica operacional de redes articuladas primordialmente pela televisão, posto que este meio capta pouco mais de 50% dos investimentos publicitários do país. Essa dinâmica sistêmica possui uma lógica objetivada economicamente na conjuntura de concentração midiática, o que desencadeia um abalo de diversificação de conteúdos e uma dominação produtiva e distributiva destes, o projeto trabalha com a ideia, que nos apropriaremos aqui, de sistema central de mídia (que pode ser pensada como a grande mídia brasileira), categoria esta que engloba o que seriam os maiores conglomerados nacionais de rádio, televisão e imprensa. A grande mídia nacional possui um poder de influência gigantesco, principalmente se ponderarmos que quase todo o conteúdo midiático veiculado no Brasil passa pelo crivo de interesses de poucos grupos de conglomerados, ou seja, pela estratégia de uma pequena elite do poder que não tem o menor interesse em dividir o espaço democraticamente, pois a sua posição no espaço social capta um volume de capital global que garante a permanência desses grupos em posição de destaque na estruturação da estrutura social, principalmente por forjarem como verdadeiros e legítimos valores e modos de vida que reproduzem o sistema como é. O grupo Folha S.A., proprietário da *Folha de S. Paulo* (jornal diário com uma das maiores circulações no território nacional segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ) compõe o Sistema Central de Mídia brasileiro, o conjunto de empresas, fundações ou órgãos públicos que controlam mais de um veículo, independentemente de seu suporte, em mais de dois estados. O Grupo Folha figura na lista dos 41 grupos nacionais que são o Sistema Central de Mídia brasileiro, apesar de ser considerado no projeto um grupo de abrangência regional. O grupo é proprietário de diversos meios de comunicação e monopoliza horizontalmente uma pluralidade de mídias, entre imprensa, livrarias, editoras e sites. É pelo fato de a *Folha de S. Paulo* pertencer a esse conglomerado que compõe o Sistema Central de Mídia que a temos como objeto de estudo neste artigo. Pois acreditamos que, sem a garantia de liberdade de expressão para uma diversidade infindavelmente maior de pessoas e grupos, a pluralidade de ideias não circula, e assim a democracia fica submetida a um processo de mera manipulação e

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

omissão de discursos, valores e símbolos. A partir de nosso arcabouço teórico, propomos que a dominação nada mais é do que uma das manifestações do poder que se faz aceita por estar associada à verdade, que se baseia no exercício de poder do saber interessado, porém a verdade é aquilo que os próprios seres humanos definem como tal. A crença no poder como algo legitimado no saber materializa-se na dominação efetiva que dissemina uma equivocada ideia de que a verdade independe das decisões humanas, nos autorizando a coagir uns aos outros o tempo todo, visto que as relações sociais são permeadas constantemente de conflitos. Uma vez que não existe comunicação sem relações de poder e dominação, este dispositivo em questão é utilizado pelos grupos dominantes, que assim o são devido à sua posição nas relações de poder perpassadas por toda sociedade para assegurar aos dominados que devem aceitar a realidade social como inelutável, e como a grande mídia é nada mais do que grandes empresas negociantes no mercado de informação, ao realçar os valores e interesses de grandes empresas capitalistas que as mantêm, realça e defende também seus próprios interesses, tentando mostrar e legitimar uma submissão ao neoliberalismo, propagando-o como uma característica moderna do Livre-mercado associado ao Estado mínimo. Os monopólios tradicionais da informação se entrosaram com o sistema econômico liberal e tornaram-se uma espécie de engrenagem da realidade social capitalista, criando e mantendo mitos e destruindo aspirações e esperanças. A aristocracia oligárquica brasileira, herança colonial e ainda diagnosticada no *campo* social do país, faz hoje pela comunicação o que outrora fizera com golpes militares, opera no sentido de deformar ou esconder a realidade, não levantando um debate reflexivo desta, apartando a necessidade do público daquilo que é veiculado pela mídia (SODRÉ, 1998). Tudo isso deixa claro que a grande mídia ocupa uma posição em que o *status quo* é a realidade em que ela se faz possível tal como é. Portanto os grandes veículos midiáticos geralmente não são subversivos e não atacam o sistema como causa de problemas, principalmente no caso brasileiro, em que o Sistema Central de Mídia demonstra ser conservador e questiona qualquer governante que tente transgredir seus valores. As instituições, constituídas por grupos dominantes, exercem poder sobre dominantes e dominados levando-os a reproduzir o *status quo* da sociedade. Nesse ponto entendemos que o poder

exercido pode ser explicado pelo que Bourdieu (2000)<sup>4</sup> chama de poder simbólico, realizado através da violência simbólica. Violência simbólica é uma estratégia em busca da transformação ou da manutenção da crença dominante e pode ser exercida tanto por grupos dominantes quanto por grupos dominados e por instituições socializadoras como escola, família e mídia, os grandes produtores da crença, que é naturalizada legitimando o *status quo* (BOURDIEU, 2000), conceituada por Bourdieu (1999)<sup>5</sup> como *doxa*, uma espécie de fé prática estabelecida na estrutura simbólica que faz o indivíduo aceitar a realidade como evidente “[...] os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais” (BOURDIEU, 1999, p.27). Ora, se a mídia produz *doxa* e a mídia que tem maior abrangência de público é a grande mídia, o Sistema Central de Mídia, e esses oligopólios estão em simbiose com a estrutura social capitalista moderna, os meios de comunicação em massa são catalisadores de um processo chamado paradoxo da *doxa*, ou seja, um não questionamento da ordem simbólica e social vigente, gerando uma submissão paradoxal (BOURDIEU, 1999, p.4). Ou seja, a grande mídia enraíza no meio social uma dominação simbólica exercida em nome de um princípio simbólico reconhecido pelos dominantes e pelos dominados que leva os indivíduos a ocuparem lugar de sujeito, que é um agente que tem seus pensamentos e percepções configurados nas estruturas de dominação impostas a eles, influenciando seus atos para reproduzirem as relações de dominação. Os grupos dominados reproduzem simbolicamente uma dinâmica na qual eles continuam sendo os dominados. A *Folha de S. Paulo* é um componente da grande mídia brasileira, nosso recorte privilegiado para um estudo indutivo, cria no espaço público tendências de opinião e de *práxis* política que acabam por sua vez constituindo a realidade social.

Os dois principais candidatos à presidência da República do Brasil nas eleições de 2010, assim colocados pela mídia brasileira e, em especial, pelo jornal

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>5</sup> BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

impresso *Folha de S. Paulo*, José Serra (PSDB<sup>6</sup>) e Dilma Rousseff (PT<sup>7</sup>) têm um passado ligado a movimentos de oposição ao regime autoritário civil-militar brasileiro. Dilma, segundo documentos oficiais e biografia disposta no site do Partido dos Trabalhadores<sup>8</sup>, presa por estar envolvida com movimentos de oposição armada, o COLINA (Comando de Libertação Nacional) e a VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária) e no VPR, no período pós-golpe, Serra, segundo biografia disposta em seu blog oficial<sup>9</sup>, militante do movimento estudantil e presidente eleito da UNE (União Nacional dos Estudantes) nos anos de 1963 e 1964. José Serra foi presidente eleito da União Nacional Dos Estudantes (UNE), que se opôs de prontidão ao golpe, e um dos fundadores da AP (Ação Popular), movimento este que tinha por corrente ideológica o chamado socialismo humanista e tendo como principal área de atuação o domínio da cultura popular e da alfabetização de adultos. Perseguido pelos militares após o golpe em 64, Serra exilou-se do país. O Grupo Folha, que figura como um dos principais conglomerados de mídia do país, controla o jornal com uma das maiores circulações atualmente (segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ), a Folha de São Paulo, e apresenta um passado de apoio ao golpe e ao regime militar brasileiro, participando inclusive, segundo o site <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>, com apoio logístico da chamada Operação Bandeirante (OBAN), cujo intuito era combater opositores do regime. Este jornal é um dos meios de comunicação mais influentes do Brasil a cobrir as eleições nacionais, como nos informa a obra *A mídia nas eleições de 2006*, organizada por Venício A. de Lima (2007), e a campanha eleitoral dos presidentiáveis em 2010. Sendo assim, muitas vezes, o jornal teria de se remeter ao regime militar ao tratar das eleições, construindo uma imagem dos candidatos perante uma memória elaborada dia-a-dia, em suas coberturas acerca do assunto, do que foi o regime e o que ele significou. O jornal mostra-se muitas vezes ambíguo,

---

<sup>6</sup> Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 25 de julho de 1988 por políticos expressivos do cenário brasileiro, como, por exemplo, o Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e os Ex-Governadores do Estado de São Paulo, André Franco Montoro e Mário Covas Júnior. (Vide site oficial do PSDB <[http://www1.psdb.org.br/opartido/quem\\_diretorios\\_estaduais.asp](http://www1.psdb.org.br/opartido/quem_diretorios_estaduais.asp)> Acesso em 25/09/2012).

<sup>7</sup> Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980 a partir da organização sindical de operários paulistas liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. Fora fundado sob um viés socialista e democrático, agregando pensadores brasileiros influentes, intelectuais de esquerda, dirigentes sindicais e católicos ligados à Teologia da libertação (Vide site oficial do PT <<http://www.pt.org.br/index.php?governo>> Acesso em 01/09/2012).

<sup>8</sup> <<http://www.pt.org.br/index.php?governo>> Acesso em 01/09/2012.

<sup>9</sup> <<http://www.joseserra.com.br/biografia-serra>> Acesso em 10/09/2012.

chegando mesmo a atenuar a violência da ditadura, vendendo uma imagem branda do regime perante a sociedade. Prova disso foi o episódio de grande repercussão nacional, ocorrido no início de 2009, quando, em editorial, o jornal (17/02/2009) afirmou que não houve, no Brasil, uma ditadura de fato ao chamar a ditadura militar (1964-85) de '*ditabranda*', afirmação que surpreendeu a opinião pública e provocou nosso interesse científico em investigar as posições políticas do jornal, pois Conhecer o passado e a forma como ele é representado e lembrado na opinião pública, é importante pelo fato de que se ele não é elaborado de forma clara e incisiva, ou seja, apontando os ressentimentos, os erros e incitando o debate entre as partes e a sociedade, corre-se o risco de ele não ser superado. Isto significa que mesmo que o fato em si não exista mais, suas estruturas podem continuar infiltradas na sociedade, e assim os mesmos atos que foram cometidos outrora, incorrem no presente, porém, massacrados por uma elaboração tendenciosa e omissa da história, afinal, a elaboração de uma memória impõe uma maneira específica de recordar, o que na verdade, significa um impedimento de memória. Afinal é através do entendimento histórico que o homem pode construir uma sociabilidade livre de autoritarismos, negações do outro, por suas ideias, escolhas, condições físicas e genéticas, e de violência legitimada, exercida pelos órgãos repressivos institucionalizados através do aparato policial e militar, e exercida pela mídia através da imposição cultural e ideológica produzida por seu conteúdo manipulado e tendencioso, rechaçando o diferente, ou seja, rechaçando àqueles que fogem à ordem e normalidade preestabelecidas por ela, alocando em si o poder, ao transmitir informações (entendemos por informação, dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato), de direcionar o pensamento social, político e cultural do seu público, conseqüentemente, da sociedade.

Para pensarmos a questão da memória histórica e a posição da *Folha de S. Paulo* ao tratar o ocorrido no período ditatorial, devemos nos apoiar teoricamente em Theodor W. Adorno, segundo o qual:

(...) o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça (...) o desejo de libertar-se do passado é



justificado na medida em que não é possível viver à sua sombra e o terror não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo.

(ADORNO, Theodor W. 1995.<sup>10</sup>).

(...) a consciência consola-se argumentando que fatos dessa gravidade só poderiam ter ocorrido por que as vítimas deram motivos quaisquer para tanto, e este vago “motivos quaisquer” pode assumir qualquer dimensão possível. (ADORNO, Theodor W. 1995.<sup>11</sup>).

Esta passagem de Adorno se refere a um período pós-nazismo na Alemanha, porém pode ser trazida para o período contemporâneo, pós-ditadura militar no Brasil, para pensar a questão de um órgão midiático que apoiou um regime autoritário, pragmático e violento no país, e que agora num período posterior irá se referir ao regime de uma forma delicada, construindo, ou tentando construir perante seus leitores uma imagem acerca do regime que amenize seus traços a que deram apoio e derrotem no dia-a-dia o ressentimento histórico dos adversários. Nossa pretensão é compreender a relação entre mídia e política a partir do noticiário de um grande órgão de comunicação de massa, o jornal *Folha de S. Paulo*, na busca por uma tentativa de entender como é representada a memória da ditadura civil-militar brasileira e a construção da imagem dos dois principais candidatos à presidência do Brasil, José Serra e Dilma Rousseff, no noticiário político do jornal, durante o período pré-eleitoral e eleitoral de 2010. O objetivo principal é dialogar com a nossa hipótese segundo a qual o jornal *Folha de S. Paulo* influenciou no curso das eleições presidenciais brasileira, através de uma cobertura jornalística ambígua, que retoma um período histórico conturbado e com suas feridas não totalmente curadas, rememorando o que ele foi e o que representou, porém, mostrando os fatos e as ideologias de formas mais amenas, e muitas vezes, omissas em relação ao que foram de fato, mostrando como a memória do passado em questão é mal resolvida na sociedade brasileira, inclusive (ou principalmente) no noticiário de um grande órgão de comunicação de massa. A *Folha de S. Paulo* tem, como órgão midiático

---

<sup>10</sup> ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 29

<sup>11</sup> ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.31

que é, o papel de suscitar o debate na esfera pública, sendo um dos componentes da formação da opinião pública brasileira, com uma das maiores tiragens diárias nacionais<sup>12</sup>. Porém, como é uma instituição privada que visa o mercado, ou seja, a mercantilização e comercialização da notícia e preza pelo interesse de seus anunciantes, proprietários e editores, o que esta entidade tentará fazer, em nossa opinião, é levantar debates delicados sem se posicionar de forma clara para não comprometer sua imagem pública, criando polêmicas com o intuito de vender seus exemplares e se eximir de qualquer culpa que se possa, porventura, se atribuir a ela. Fato que nos causa grande preocupação, pois, as informações circuladas na mídia em geral são superficiais e é nos jornais impressos que as pessoas buscam confirmá-las e interpretá-las, como argumenta Sodré (1998). Trabalhamos também com a hipótese que, pelo fato de José Serra ter se exilado e, portanto, não ter combatido incisivamente o governo militar, e Dilma ter sido uma guerrilheira, representando exatamente aquilo que a *Folha de S. Paulo* combateu incansavelmente no período ditatorial, os movimentos guerrilheiros de esquerda (KUSHNIR, Beatriz, 2004<sup>13</sup>), o referido jornal tentará elaborar um debate na esfera pública que ligue o passado de Dilma a uma conotação negativa, aproveitando-se do nicho mercadológico, as eleições 2010, para contrastá-la a José Serra, ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial não tão rígido, e quando rígido, por culpa dos opositores. Entender a elaboração da memória do período ditatorial brasileiro (1964-1985) nos dá margem para que a partir de então se alargue na esfera pública o debate real do que foi e do que é a sociedade em questão, para, dessa forma, emancipá-la, livrando-a de seus fantasmas. No decorrer de nossos estudos, primeiramente foi feita uma análise detalhada de todos os exemplares diários das datas preestabelecidas dos exemplares impressos da *Folha de S. Paulo*, em especial no primeiro caderno, no seu caderno Especial: Eleições 2010 e nos editoriais (os editoriais são de extrema relevância, pois expressam a opinião da entidade jornalística), em que recolhemos todos os textos que se reportem de alguma forma, subjetiva ou objetivamente, direta ou indiretamente, ao

---

<sup>12</sup> Dados disponíveis em <<http://www.ajorb.com.br/aj-tiragem.htm>> Acesso em 15/10/2011 e em <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em 15/05/2012

<sup>13</sup> KUSHNIR, B. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

período do regime militar ou que tratem acerca da atuação opositora dos então candidatos José Serra e Dilma Rousseff perante o Estado autoritário governado pelos militares brasileiros com legitimação de setores sociais. Para amarrarmos nosso objeto de estudo a uma metodologia, recorreremos à Isabel Ferin Cunha (2012) e a sua obra *Análise dos Média*<sup>14</sup>, em que a autora faz um percurso acerca das teorias e metodologias de análise midiática, apresentando paradigmas analíticos e apontando que um dos principais métodos utilizados é a análise de conteúdo. Portanto, a autora usa esta análise para realizar uma análise de mídia, com o objetivo de esclarecer e exemplificar o processo científico necessário para realizar tal pesquisa, expressando que seus objetivos devem ser a compreensão e interpretação de mecanismos que levam à elaboração de previsões e antecipações, através da construção de cenários e tendências nas mídias. Entende que para se proceder metodologicamente uma análise das mídias precisamos, como método, observar os conteúdos veiculados pelos meios e situá-los no contexto das empresas de mídia (suas posições e história institucional) que os divulgam, de forma a interpretá-los em função dos cenários em que estão inseridos. Durante a análise, utilizamos uma técnica de separação de conteúdo, baseada em instrumentos da “Análise de conteúdo” já colocados em prática por Venício A. de Lima (2007) em *A mídia nas eleições de 2006*, recolhendo, observando, separando e dividindo o material recolhido em editoriais; colunas; notícias/reportagens/entrevistas, capa, tendências e debates; e opinião do leitor (textos enviados por leitores, mas selecionados pelo jornal para a impressão). Uma vez assim divididos, os textos recolhidos foram subdivididos nos seguintes critérios de classificação: Material de conotação histórica - em que não há referências aos candidatos, mas apenas conteúdo ou menção ao período ditatorial, de forma a representar a sua memória; Material de conotação positiva - em que há referências positivas dos candidatos no que tange seu passado opositor ao regime militar; reproduza declarações positivas dos candidatos acerca de sua atuação política contra o regime militar; relatos de fatos que demonstrem positivamente a trajetória dos candidatos; declarações de pessoas que afirmem preferências pela sua postura de outrora, defendendo suas

---

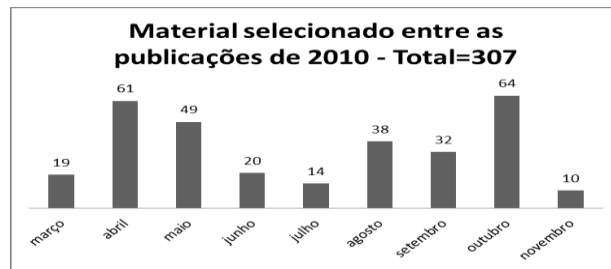
<sup>14</sup>CUNHA, I. F. *Análise dos Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

ações e posicionamentos (LIMA, 2007). O material aqui enquadrado será subdividido em “Serra-Positivo” e “Dilma-Positivo” ao referir-se aos respectivos candidatos; Material de conotação negativa - em que há referências negativas dos candidatos no que tange a seu passado opositor ao regime militar; exposição crítica de suas ações; reprodução de críticas de terceiros (incluindo adversários políticos) à sua ação política; relatos de fatos que demonstrem negativamente a trajetória dos candidatos; comentários de ordem política, moral ou pessoal, desfavoráveis a seus passados opositoristas (LIMA, 2007). O material aqui enquadrado foi subdividido em “Serra-Negativo” e “Dilma-Negativo” ao referir-se aos respectivos candidatos. Posteriormente à organização deste material, fizemos uma leitura analítica destes, em que destacamos aqueles que fundamentassem ou desconstruíssem as hipóteses desta análise, de forma a exemplificar claramente os resultados obtidos. Em seguida analisamos quantitativamente os dados, para buscar indícios que revelassem as principais tendências da cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo*. Primeiro descreveremos a análise quantitativa e depois nos aprofundaremos na análise qualitativa do conteúdo para demonstrar como a *Folha de S. Paulo* representa a memória da ditadura civil-militar brasileira e assim construímos um corpus empírico do nosso objeto de estudos que nos permita comprovar nossas inferências científicas. Para a realização deste trabalho, foi analisado um total de 307 matérias publicadas na Folha<sup>15</sup> entre 01/03/2010 e 06/11/2010, com conteúdos que tratassem a ditadura militar como um dos seus principais temas, distribuídas no decorrer do ano. Fizemos uma leitura detalhada de todas as edições do jornal que correspondessem ao período estipulado, e para garantirmos que nada passasse despercebido por nossa pesquisa entramos em contato com o Banco de dados da *Folha de S. Paulo* e, mediante pagamento, o banco nos forneceu tudo que foi publicado nas páginas do jornal em 2010 e que tivesse como um de seus principais temas a ditadura militar. A princípio havíamos recolhido 206 matérias publicadas e quando cruzamos o material levantado na pesquisa com o material que nos foi enviado, encontramos 101 matérias que tínhamos deixado passar numa primeira análise e, a partir de então, pudemos considerar a fase de levantamento de dados

---

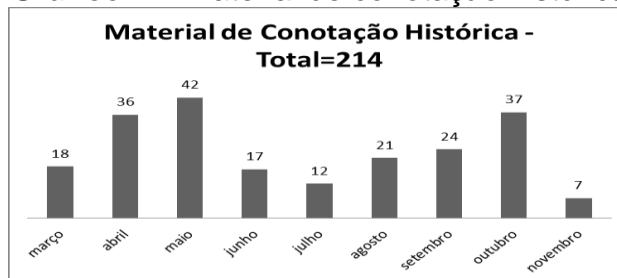
<sup>15</sup> *Folha de S. Paulo*, ano 90, 2010.

por encerrada. Segue a distribuição do material coletado ao longo dos meses do ano: **Gráfico 1** – Material selecionado nas publicações do ano de 2010



Fonte: Elaboração própria.

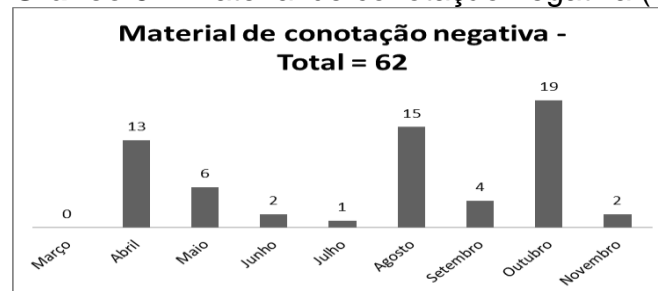
**Gráfico 2** – Material de conotação histórica



Fonte: Elaboração própria.

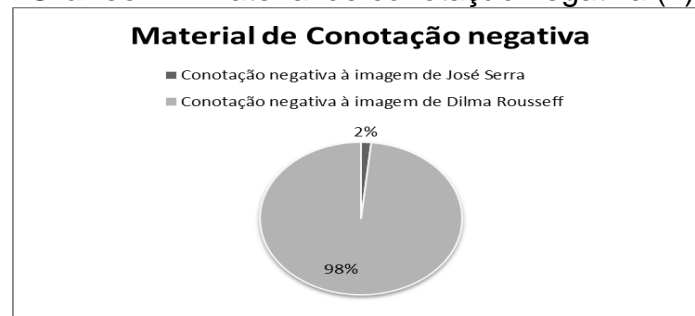
Um total de 62 dois materiais foi classificado como material de conotação negativa, subdividido em: com conotação negativa à imagem de José Serra, que contabilizamos apenas 1, publicado no mês de outubro; e com conotação negativa à imagem de Dilma Rousseff que somam 61. Distribuídos como segue:

**Gráfico 3** – Material de conotação negativa (1)



Fonte: Elaboração própria.

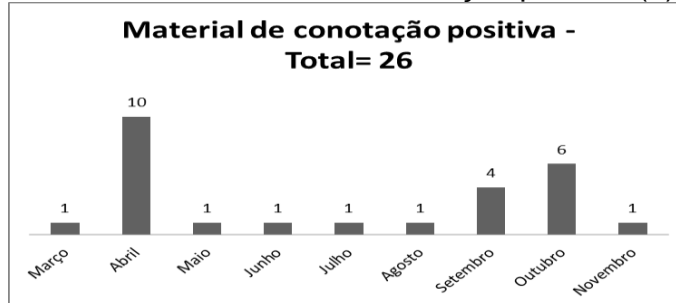
**Gráfico 4** – Material de conotação negativa (2)



Fonte: Elaboração própria.

Classificamos como material de conotação positiva um total de 26 materiais, subdivididos em: 6 com conotação positiva à imagem de José Serra:

**Gráfico 5 – Material de conotação positiva (1)**



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 6 – Material de conotação positiva (2)**



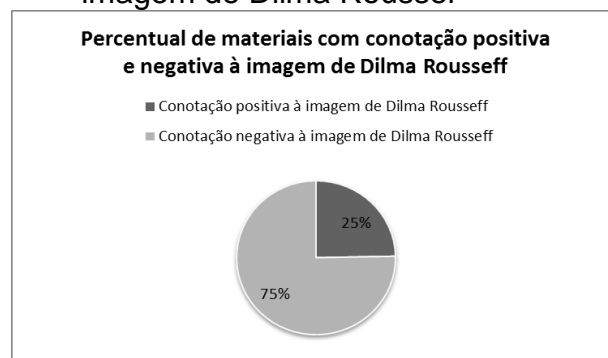
Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 7 – Percentual de materiais com conotação positiva e negativa à imagem de José Serra**



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 8 – Percentual de materiais com conotação positiva e negativa à imagem de Dilma Rousseff**



**Fonte:** Elaboração própria.

Podemos notar, já com esses dados, a tendência da *Folha de S. Paulo* em publicar referências negativas ao passado de Dilma, e à sua imagem, em seus conteúdos. São esmagadoramente maiores as referências negativas à imagem de Dilma do que as referências negativas ao passado de Serra, principalmente se levarmos em conta que estes materiais que atacam Dilma aumentam no segundo semestre, quando as eleições se aproximam. É muito maior a porcentagem de materiais com conotação positiva à imagem de José Serra do que a porcentagem de materiais de conotação negativa publicados: 86% - 14%. Enquanto que se fizermos a mesma análise com os materiais referentes à Dilma Rousseff, teremos um resultado quase que inversamente proporcional. Pois os materiais com conotação negativa à imagem de Dilma são percentualmente muito maiores do que os materiais publicados com conotação positiva: 75% - 25%. Os dados que trazemos aqui apontam numericamente para a confirmação de nossa hipótese de que o jornal se empenhara em construir uma imagem negativa da imagem de Dilma em relação ao seu passado e exaltar a imagem de Serra e suas ações e escolhas no passado, pois a primeira combateu nas fileiras das esquerdas armadas, cujos projetos e práxis a *Folha de S. Paulo* tende a colocar como um dos motivos pelo endurecimento da repressão (veremos isso na análise qualitativa), enquanto o segundo se autoexilou por conta de perseguições. Durante a realização da análise, encontramos a necessidade de criar categorias específicas de classificação para dar conta de materiais que se inserem em mais de uma entrada de nossas classificações. Encontramos 2 materiais, 1 coluna de opinião em abril e 1 matéria jornalística em agosto, que se enquadram como materiais de conotação positiva à imagem de José Serra e negativa à imagem de Dilma Rousseff; 1 coluna de opinião em abril que se enquadra como de conotação negativa à imagem de José Serra e de conotação positiva à imagem de Dilma; 1 coluna de opinião, em outubro, que atribui uma conotação positiva e negativa à imagem de José Serra e uma conotação positiva e negativa à imagem de Dilma Rousseff; e, por fim, 1 coluna de opinião em outubro, que pode ter seu conteúdo classificado como de conotação positiva às imagens de Serra e Dilma.

No processo de análise, percebemos a formação do que categorizamos como eixos temáticos, estes, na verdade, são uma formulação que usamos para

categorizar aqueles assuntos, acontecimentos e temas específicos que foram recorrentemente detectados no decorrer das publicações do jornal durante o período analisado, se forjando como referências de representação da memória na medida em que tinham espaço nos textos publicados na *Folha de S. Paulo* e ganhavam atenção nas mídias. Consideramos eixos temáticos aqueles temas que estiveram presentes em diversas e variadas datas e em diversos e variados setores do jornal no raio traçado para a pesquisa. É um nó que aglutina conteúdos jornalísticos temáticos que representam e rememoram a memória do período histórico estudado a partir de um assunto ou tema específico abordado. A imprensa é uma força social que expõe, filtra, ressalta valores, desvaloriza, revela e oculta às ações sociais dos atores na sociedade moderna. Portanto através dos eixos temáticos têm-se a fabricação paulatina e recorrente de ideias, de fatos, de crenças, de valores, de verdades e de mentiras. Cabe ressaltar que mesmo que os conteúdos sejam assinados por terceiros, a linha editorial da *Folha de S. Paulo* é responsável por aquilo que é publicado, podendo dar mais ou menos espaços nas edições do jornal a determinadas posições ou determinados assuntos, variando de acordo com as posições da própria direção editorial do jornal. Os gráficos que apresentamos anteriormente já nos apontam certa tendência editorial e agora tentaremos dar ao leitor a possibilidade de ter uma experiência empírica com os conteúdos que sistematizamos e analisamos. Em nossa análise do material encontramos pelo menos nove eixos temáticos. Neste artigo, iremos descrever analiticamente o eixo temático central que serve como amostragem para nossas conclusões dedutivas. No presente texto colocaremos apenas aqueles materiais que de alguma forma enquadrados como eixos temáticos considerados mais pertinentes à exposição e mais importantes para a pesquisa, porém este trabalho considera toda a análise de todo o material tratado que não enquadrados como eixos temáticos, pois as nossas conclusões pautar-se-ão no estudo de todo o material e não somente dos eixos, mesmo que estes sejam o *carro-chefe* para o entendimento da problemática estudada. Seguiremos agora na exposição dos conteúdos que estavam presentes nas datas de publicações feitas entre março e novembro. O eixo que concretiza o posicionamento do jornal em relação à problemática aqui abordada é a apresentação das Esquerdas como grupos terroristas, inconsequentes e



equivocados. No decorrer da análise do objeto notamos que se destacaram representações de uma memória da ditadura em que as esquerdas armadas são apresentadas como grupos terroristas inconsequentes e equivocados que não, necessariamente, tinham respeito por valores democráticos. Esta abordagem do jornal acerca dos movimentos de esquerda que se lançaram na luta armada ou que radicalizaram seu discurso forjou-se, para nós, como o principal eixo temático da memória do regime militar, uma vez que cria uma memória jornalística e opinativa do que foram os movimentos de esquerda que enfrentaram a ditadura. Esse eixo pôde ser identificado no decorrer do ano todo, é possível notar uma presença significativa de conteúdos que se enquadram neste eixo.

Nós pesquisamos todos os cadernos existentes na *Folha de S. Paulo* em 2010: 'Primeiro Caderno', 'Ilustrada', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Dinheiro', 'Informática', 'Ribeirão' e 'Cadernos Especiais' (o mais notório deles o 'Caderno Especial Eleições: Presidente 40'). Aquelas matérias localizadas nas páginas identificadas como 'A' são parte do 'Primeiro Caderno', onde temos as seções 'brasil'(tornou-se 'poder' no decorrer do ano), 'mundo' e 'Ciência', os outros cadernos nós ressaltamos no texto. Pontuamos este tema, da crítica velada às esquerdas armadas, primeiro porque é um tema que atravessa a grande maioria de temas representados no jornal e segundo devido à forma percebida no trato que o conteúdo presente no jornal dá às ações da luta armada, muitas vezes descontextualizando as práticas do momento político de supressão de liberdades em que se encontrava o país, utilizando-se disto para apontar determinados valores políticos como moralmente corretos em detrimento daqueles que considera imorais. Se crimes de sequestro, assalto e homicídio forem apenas citados como ação revolucionária, eles parecerão crimes comuns e moralmente reprováveis no senso comum da sociedade civil. No entanto, se esses mesmos crimes forem pensados no contexto em que reformas sociais de base foram impedidas de se realizarem democraticamente em 1964 e com elas impedidas também as manifestações políticas, culturais e de opinião que de alguma forma endossassem uma política mais próxima das diretrizes das esquerdas políticas ou atacassem privilégios de elites aristocráticas locais e especuladores financeiros internacionais, teríamos, para esses crimes, a conotação de motivação política, pois as ações fundamentaram-se na manutenção da luta por ideais e por

projetos e Direitos políticos, econômicos e sociais, mesmo que recorrendo à violência revolucionária, que na verdade fora uma resposta de grupos da sociedade à violência enviesada por um Estado fascista totalitário, que se estendeu sobre os cidadãos institucionalmente. Assaltava-se pra levantar fundos para organizar-se, pois qualquer organização que discordasse do governo era proibida, e para continuarem existindo e manterem suas ideias vivas, essas organizações tornaram-se clandestinas; sequestrava-se para tentar trocar os sequestrados por militantes presos sem acusação formal, acusados por crimes de opinião ou por resistir ao terrorismo de Estado e, muitas vezes torturados até a morte sob a tutela do aparelho estatal; e o homicídio era o resultado da luta que se fazia necessária quando todas as vias institucionais se tornaram uma ameaça à liberdade de opinião e à defesa de reformas que abrissem caminhos para conquista de Direitos na busca de uma justiça social que tocasse no privilégio dos detentores monopolistas de terras, indústrias, bancos e recursos. A *Folha de S. Paulo* não debate essa questão, ela demonstra a violência do período, denuncia os excessos, dá nome a torturadores e expõe o sofrimento dos torturados e dos familiares de mortos e desaparecidos na ditadura, mas pouco reflete acerca dos reais motivos que levaram à radicalização de grupos esquerdistas no país e das poucas alternativas viáveis que restaram a esses grupos. Entendemos que essa representação acaba por ser um ataque indireto à imagem de Dilma Rousseff, que é frequentemente associada aos movimentos de luta armada, afinal se as ações das esquerdas armadas não são debatidas elas tornam-se pretextos para se arguir moralmente a participação de uma candidata à presidência da República em grupos que, se pensados fora do contexto, praticaram crimes comuns como sequestro, assalto e homicídio. Acreditamos que não existe terrorismo frente a um governo de Elites que fazem do Estado um aparelho terrorista contra seus adversários políticos, o que existe nestas condições é resistência! Destacamos este eixo temático porque dentre outros eixos este é especialmente significativo, pois está permeando inclusive os outros eixos, como um pano de fundo daquilo que se representa.

O Jornal *Folha de S. Paulo* influenciou no curso das eleições presidenciais brasileiras através de uma cobertura jornalística ambígua, que retoma um período histórico conturbado, rememorando o que ele foi e o que representou. O quadrante

de conteúdos que são negativos à imagem da candidata do PT é esmagadoramente maior do que os que respectivamente correspondem a José Serra, e isto nos aponta uma tendência jornalística que se comprova na análise qualitativa. É possível notar, pautado no material analisado, que a *Folha de S. Paulo* se coloca de uma forma ambígua, mas contra a candidata Dilma e em prol de José Serra, recorrendo, para isto, inclusive ao passado, de luta contra a ditadura, destes. Para tanto, relaciona o passado de Serra àqueles que não tiveram opção e tiveram que se exilar, exaltando este grupo político, e o passado de Dilma àqueles que pegaram em armas, aos quais de certa forma o jornal acaba por atribuir a culpa pelo endurecimento do regime, chegando a afirmar que pegar em armas provocou uma reação violenta do Estado ditatorial. As ações das esquerdas são muitas vezes descontextualizadas e criticadas com acusações de assassinato, roubo e sequestro, de forma a parecerem crimes comuns, ou seja, são apresentadas ao público sem a conjuntura que transformava aqueles atos em atos políticos, perante uma estrutura engessada de repressão, tortura e morte, o que se torna algo que pode denegrir a memória destes grupos políticos, pois uma vez apresentada fora de contexto não é possível compreender as motivações reais daqueles grupos, abrindo espaço para questionamentos morais e éticos daqueles que ali atuaram. O conteúdo analisado separa os movimentos armados das aspirações democráticas da sociedade, qualificando-os como insensatos, atrelando ao que chama de radicalismos das esquerdas a responsabilidade pelo endurecimento do regime e o fechamento dos espaços de lutas democráticas, considerando que as aspirações democráticas da sociedade foram atrapalhadas pela irresponsabilidade dos grupos armados, termos que copiosamente aparecem nos conteúdos do jornal. Consideramos que a crítica aos valores e práxis das esquerdas armadas do passado, serve no presente, como um meio para a crítica daqueles que um dia participaram destes movimentos. O jornal tende a omitir o aparelhamento do Estado pelos militares de forma a favorecer a institucionalização da tortura e da perseguição político-ideológica, o que inviabilizou uma atuação pacífica e democrática das esquerdas e das massas populares. O jornal deu espaço a exposições que demonstram a ditadura como algo infame, autoritário e violento, rechaçando o autoritarismo, a censura e a violência do opressor e do oprimido, e consequentemente apoiando a Lei da Anistia como um

pacto político que beneficiou os dois lados. Foi ambíguo em alguns sentidos oscilando entre críticas e justificativas à ditadura. Expôs polêmicas e debates delicados sem se posicionar de forma clara para não comprometer sua imagem pública, dando espaço para opiniões divergentes, porém percebemos na linha editorial uma tendência em justificar o golpe de 1964 como algo que evitara algo pior e o endurecimento do regime militar como uma resposta aos movimentos armados que supostamente e genericamente buscavam substituir uma ditadura por outra. Tendência esta que contribui para eximir o jornal de qualquer culpa e/ou responsabilidade que se possa, porventura, se atribuir a ele, o que comprova nossa hipótese de que, pelo fato de José Serra ter se exilado e, portanto, não ter combatido incisivamente o governo militar, e Dilma ter sido uma guerrilheira, representando exatamente aquilo que a *Folha de S. Paulo* combateu incansavelmente no período ditatorial, os movimentos guerrilheiros de esquerda, o referido jornal elaborou um debate na esfera pública que ligava o passado de Dilma a uma conotação negativa elaborada em torno dos movimentos de que ela fez parte no passado, aproveitando-se do nicho mercadológico, as eleições 2010, para contrastá-la a José Serra, ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial não tão rígido, e quando rígido, por culpa dos opositores. De acordo com os conteúdos que analisamos, o jornal pouco explora o aspecto Civil do regime militar e desconstrói a importância histórica e as inflexões da ditadura no presente, considerando-a como um ciclo de autoritarismo encerrado e superado, deixando de debater a aproximação entre a mídia e a ditadura. Isto oculta continuidades do período ainda nos dias de hoje, como a violência policial, as más condições dos serviços públicos, a tortura, a corrupção, oligopólios midiáticos e empresariais, a desigualdade social, polarização financeira, poder dos bancos e uma sociedade conservadora e despolarizada que ainda demanda os mesmos direitos impugnados pelo golpe de 1964.